



## Congresso promulga emenda que pode baixar preço de CDs

Isenção fiscal para a indústria fonográfica permite queda de até 30% nos preços de obras de artistas brasileiros, ajudando na recuperação do setor, ampliando o acesso da população à música e combatendo a pirataria. Benefício tributário se aplica também à venda pela internet

Com a presença de artistas como Fagner, Sandra de Sá e Rosemary, foi promulgada ontem a Emenda Constitucional 75, resultante da PEC da Música. O presidente do

Senado, Renan Calheiros, enfatizou que os resultados só serão alcançados se as gravadoras repassarem para o consumidor a economia gerada pela imunidade tributária.

A ministra da Cultura, senadora licenciada Marta Suplicy, participou da cerimônia e agradeceu aos parlamentares pela sensibilidade às questões culturais. **2**



Waldemir Barreto/Agência Senado

O cantor Fagner (2º à esq.) participa da mesa com Zeze Perrella, Eunício Oliveira, Simão Sessim, Henrique Alves, Renan Calheiros, Romero Jucá, a ministra Marta Suplicy, Otavio Leite e Inácio Arruda

## MP que cria Programa Mais Médicos será votada hoje **6**

**Avançam regras para relação do poder público com ONGs **5****

**Projeto para melhorar vida no campo passa em comissão **4****



Genardo Magalhães/Agência Senado

Alvaro (2º à esq.) em debate na CE: crítica ao investimento bilionário em estádios ante a falta de recursos para a educação

## Senado quer valorização do professor

Vários senadores cobraram em Plenário ontem, Dia do Professor, mais investimentos para a educação e valorização dos docentes. Audiência pública também debateu

o projeto que estabelece o Plano Nacional de Educação para os próximos dez anos. Especialistas defenderam a criação de fontes de financiamento para o setor. **7**

**Anatel admite que país não está protegido de espionagem **8****

**Urna eletrônica pode ser manipulada, aponta debate **5****

## Congresso anuncia hoje decisão sobre 5 vetos

Senadores e deputados decidiram ontem se manteriam ou derrubariam vetos da presidente Dilma Rousseff a cinco projetos aprovados pelo Congresso. A apuração ocorreria na madrugada. **3**



Marcia Mariz/Agência Senado

No Plenário da Câmara, deputados e senadores participam da sessão em que votaram cinco vetos presidenciais: resultado da votação será conhecido hoje de manhã



Promulgada ontem pelo Congresso, emenda constitucional isenta de ICMS, ISS e outros tributos obras musicais compostas ou interpretadas por brasileiros — da prensagem à venda pela internet



Entre Henrique Alves e Romero Jucá, Renan apresenta a emenda constitucional, elogiada pela ministra Marta Suplicy

## Preço de CDs e DVDs pode cair 30% com nova emenda

A EMENDA CONSTITUCIONAL 75, promulgada ontem, poderá reduzir os preços de CDs e DVDs. Originária da PEC da Música, a emenda garante imunidade tributária a fonogramas e videofonogramas produzidos no Brasil com obras musicais de brasileiros ou interpretados por brasileiros. O benefício se aplica inclusive à fase de prensagem e comercialização e ao comércio de arquivos pela internet.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que a queda nos preços pode chegar a mais de 30%, ampliando o acesso popular às obras e contribuindo para a recuperação da indústria fonográfica, que sofre com a pirataria.

— Para não desafinar, é preciso que gravadoras e toda a indústria repassem a isenção aos produtos — afirmou.

Para comemorar a conquista, mais uma vez artistas se juntaram a senadores e deputados, como na votação final da proposta, há duas semanas. Participaram Sandra de Sá, Rosemary e Fagner, este com lugar à Mesa. Também esteve presente a ministra da Cultura, senadora licenciada Marta Suplicy (PT-SP).

### Zona Franca

Depois de quase sete anos, a PEC da Música foi aprovada no Senado sem os votos favoráveis apenas da bancada do Amazonas, que teme prejuízos à Zona Franca de Manaus. As obras musicais vão ficar livres de ICMS e ISS, entre outros — uma isenção já assegurada a livros, jornais, periódicos e papel de impressão.

Renan lembrou que a indústria fonográfica nacional

chegou a ser a quinta maior do mundo, mas hoje ocupa a 12ª posição. O faturamento, que chegou a US\$ 1 bilhão por ano, caiu para não mais que US\$ 300 milhões.

— Essa é uma medida de estímulo que precisa ser implementada integralmente — afirmou o senador.

O presidente da Câmara, Henrique Alves, disse que a emenda vai gerar mais postos de trabalho. Ele ressaltou que a carga tributária sobre produtos musicais chegava a 30% do preço cobrado ao consumidor.

Aos que questionam a nova medida, sob o argumento de que a imunidade prejudicará o país, Alves respondeu que a atual arrecadação de tributos sobre o produto fonográfico representa menos de 0,001% do produto interno bruto (PIB) nacional.

## Renan recebe líderes de entidade que reúne parlamentos americanos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o presidente da Confederação Parlamentar das Américas (Copa), deputado Jacques Chagnon (Canadá), a vice-presidente da entidade, senadora Zulma Gómez (Paraguai), e a secretária-executiva, deputada Dora Elena Real (México).

Com 300 parlamentares representando 34 países, a Copa iniciou ontem a 12ª Assembleia Geral e a 11ª Reunião Anual da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas,

na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Gim (PTB-DF) representarão o Senado na confederação.

Durante a reunião, Rollemberg destacou que a Copa é uma organização apartidária cujo desafio é encontrar respostas para problemas comuns do desenvolvimento sustentável. O senador José Agripino (DEM-RN) e a deputada distrital Maninha (PT) também participaram do encontro.

## Livro sobre os 25 anos da Constituição é lançado no Senado

Foi lançado ontem no Senado o livro *A Carta da Democracia 25 anos — como foi feita a Constituição de 1988*. O livro é do cientista político Júlio Aurélio Vianna Lopes e narra o trabalho dos constituintes na elaboração da Carta.

Em discurso no lançamento

do livro, o presidente do Senado, Renan Calheiros, chamou a atenção para a fidelidade da narrativa aos fatos, como no trecho que trata das discussões sobre a legitimidade dos senadores eleitos em 1982 para compor a Assembleia Nacional Constituinte.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



#### PLENÁRIO Mais Médicos

14h A pauta continua trancada pela medida provisória (MP 621/2013) que cria o Programa Mais Médicos.

#### PRESIDÊNCIA Frente de Prefeitos

12h Renan Calheiros recebe o presidente da Associação dos Municípios Alagoanos, Marcelo Beltrão; o secretário-executivo da Frente Nacional de Prefeitos, Gilberto Perre; e o técnico do Ipea Renato Balbim; às 16h, preside a ordem do dia; às 19h45, abertura do 16º Congresso Brasileiro de Direito Constitucional.

#### CI Ministro dos Transportes

7h30 O ministro dos Transportes, César Borges, participa de audiência pública sobre melhorias nas estruturas do Dnit. Após o debate, serão analisadas indicações para diretores da Aneel e da ANTT.

#### CAS Suspensão de contrato

9h Na pauta, projeto que suspende o contrato de trabalho em caso de crise econômico-financeira da empresa.

#### COMISSÃO DO FUTURO Federação

9h Comissão realiza debate interativo, com participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado, sobre o pacto federativo.

#### CCJ Voto aberto

9h Analisa a indicação de Luiza Cristina Fonseca Frischeisen para o Conselho Nacional de Justiça. Às 10h, examina três propostas de emenda à Constituição que tratam do voto aberto.

#### CE Planejamento do professor

9h30 Na pauta, projeto que garante aos profissionais da educação pública período de planejamento nunca inferior a um terço da jornada de trabalho.

#### SEGURANÇA PÚBLICA Financiamento

15h Análise de requerimentos na comissão que discute fontes de financiamento para a segurança pública.

#### EDUCAÇÃO Plano de trabalho

17h Comissão que estuda financiamento da educação apresenta plano de trabalho.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



Na sessão de promulgação, os cantores Sandra de Sá, Rosemary e Fagner com os senadores Inácio Arruda e Eunício Oliveira

## Ministra agradece sensibilidade parlamentar

Marta Suplicy agradeceu a senadores e deputados pela sensibilidade às questões culturais. Ela destacou a Emenda da Música e a Lei do Vale-Cultura como duas aprovações importantes e ressaltou que a produção musical brasileira ganha condições de disputa com a de outros países.

— Mais empresas distribuidoras de discos e plataformas digitais devem surgir e a produção independente deve ser fortalecida — afirmou.

O deputado Otavio Leite (PSDB-RJ) disse que a PEC chegou ao resultado final em boa medida como resultado da mobilização permanente dos próprios artistas. Ele destacou o empenho de deputados e senadores, elogiando a dimensão suprapartidária dos apoios.

A presença dos artistas começou na execução do Hino Nacional, logo após Renan abrir a sessão. A intérprete foi a cantora Célia Porto,

acompanhada pelo maestro Renio Quintas ao teclado. Depois a cantora Rosemary cantou *Ave Maria*, composição de Jaime Redondo, com o pianista Felipe Portilho. No desfecho, à capela, Fagner cantou a *Oração de São Francisco*.

À mesa estavam ainda o líder do PMDB, Eunício Oliveira, além de Inácio Arruda (PCdoB-CE) e o deputado José Otávio Germano (PP-RS), que atuaram como relatores da PEC nas respectivas Casas.

### RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 7h30, audiência pública da **Comissão de Serviços de Infraestrutura**; e, às 10h, reunião da **Comissão de Constituição e Justiça**. E, às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: [www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio).

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



# Sai hoje decisão do Congresso sobre 5 vetos presidenciais

Votação ocorreu ontem à noite e apuração se daria na madrugada; expectativa é de que tanto o veto total quanto os quatro vetos parciais feitos pela presidente Dilma sejam mantidos pelos senadores e deputados

O CONGRESSO NACIONAL concluiu ontem à noite a votação dos vetos presidenciais 33, 34, 35, 36 e 37, todos deste ano. A apuração ocorreria durante a madrugada para que o resultado fosse divulgado hoje de manhã. A expectativa é de que todos os cinco vetos sejam mantidos pelos parlamentares — os temas não são polêmicos.

Para o deputado Claudio Cajado (DEM-BA), “finalmente o Congresso está cumprindo” de maneira frequente e periódica a prerrogativa constitucional de analisar os vetos presidenciais.

Quase todos os vetos presidenciais analisados ontem foram parciais — a presidente da República anulou apenas alguns artigos dos projetos. O único veto total foi o 36, que cancelou completamente o PLS 612/1999, que tratava de concessão de privilégios a credores por restituição de prêmio de seguro. O Executivo alegou inconstitucionalidade. Segundo a mensagem presidencial, durante a tramitação do projeto não foi levada em conta a alteração da política nacional de resseguro feita pela Lei Complementar 126/2007,



Senadores e deputados federais se reúnem na Câmara para decidir sobre vetos

que terminou com o monopólio do IRB-Brasil Resseguros.

## Novas regras

Essa foi a terceira deliberação dos parlamentares com base nos novos critérios para análise de vetos presidenciais, estabelecidos em julho.

Pela norma, o Legislativo passa a cumprir o prazo constitucional de 30 dias para votação dos vetos, contados a partir da publicação. Caso isso não ocorra, a pauta do Congresso fica obstruída, ou seja, nenhum projeto pode ser votado.

Os vetos são discutidos e votados em sessão do Congresso Nacional. Para um veto presidencial ser rejeitado, é

preciso maioria absoluta tanto na Câmara dos Deputados (257 votos) quanto no Senado (41 votos). A votação é secreta, feita em cédula.

Conforme as novas regras, os vetos devem ser analisados em sessões do Congresso a serem convocadas para a terceira terça-feira de cada mês. Caso a reunião não ocorra, será convocada outra sessão para a terça-feira seguinte.

Quando o veto é derrubado, o presidente do Congresso comunica a decisão ao Executivo para posterior promulgação e publicação da lei.

Em 19 de novembro, será realizada nova sessão do Congresso para análise de outros vetos presidenciais.

## Renúncia fiscal equivale a um quinto das receitas

Em 2014, o Brasil abrirá mão de 20,66% das receitas tributárias, conforme o projeto de lei do Orçamento da União (PL 9/2013-CN). Isso equivale a R\$ 249,8 bilhões, mais do que a soma de investimentos em saúde (R\$ 100,3 bilhões), educação (R\$ 92,4 bilhões) e Brasil sem Miséria (R\$ 32,6 bilhões).

De 2013 para 2014, há um incremento de 22,7%, impulsionado pelas desonerações de PIS-Cofins e de contribuição previdenciária sobre folha de salários, no pacote de medidas adotadas pelo governo para estimular setores econômicos. Em 11 anos, a estimativa de renúncia foi multiplicada por dez: de R\$ 24 bilhões, em 2003, para R\$ 249,8 bilhões, em 2014.

Não houve a mesma progressão na relação entre renúncia tributária e receita: o

montante correspondente às desonerações dobrou, passando de 10,64% para 20,66% da arrecadação. O fato levou José Agripino (DEM-RN) a apontar “uma combinação perversa” entre aumento da carga tributária e desonerações.

— Como a carga tributária é elevada, o governo é obrigado a recorrer às isenções e reduções de alíquotas de determinados setores para manter um mínimo de competitividade na economia — observou.

Foi o que fez em 21 de março o ministro da Fazenda, Guido Mantega, quando em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) anunciou desonerações de R\$ 50 bilhões neste ano e aproximadamente R\$ 55 bilhões no ano que vem. A diferença para os números do projeto é que os de Mantega

se referem especificamente às desonerações incluídas no planejamento tributário a cada ano.

Desonerações, usadas com mais ênfase após a crise internacional de 2008, geram “efeito colateral”, como alerta Lúcia Vânia (PSDB-GO): os Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM) passam a receber menos recursos. As renúncias, ainda segundo a senadora, reforçam as disparidades entre as regiões: a Sudeste, a mais rica do país, é beneficiada este ano por 48,7% dos valores de renúncia, quase a metade.

Para Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), o fato demonstra a “hipocrisia” dos que condenam os incentivos dados à Região Norte, principalmente ao Polo Industrial de Manaus. Ele lembrou que um dos fatores que travaram a reforma do ICMS no Senado foram incentivos dados ao polo de Manaus e estendidos às áreas de livre comércio da Região Norte.

O elevado volume de renúncia fiscal é, para Delcídio do Amaral (PT-MS), um dos sintomas de distorção do sistema tributário brasileiro. A solução, disse ele, é o Congresso votar uma reforma abrangente.



Em março, Mantega (D) anunciou isenções em audiência com Delcídio do Amaral

## Ideli acredita em aprovação do orçamento impositivo

A ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, disse ontem acreditar que a Proposta de Emenda à Constituição do Orçamento Impositivo (PEC 22A/2000) será aprovada sem problemas no Congresso.

A PEC, aprovada na última semana pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), deve ser votada na semana que vem pelos senadores em Plenário.

Segundo a ministra, o governo tem mantido conversas com Câmara e Senado para que o texto possa ser aprovado.

— A probabilidade é de votação na semana que vem. Está havendo conversas entre Câmara e Senado para ver se a gente consegue aprovar sem qualquer ruído e que a Câmara também concorde, para que a PEC possa ser promulgada — disse.

Além de tornar obrigatória a execução de emendas parlamentares ao Orçamento da União, a PEC destina 50% das emendas parlamentares de execução obrigatória a ações e serviços públicos



Para Ideli, parlamentares devem aprovar PEC “sem qualquer ruído”

de saúde e vincula 15% da receita corrente líquida (RCL) da União para o financiamento do setor.

As duas alterações na proposta que beneficiam a área da saúde foram feitas durante a tramitação no Senado, o que força nova análise pela Câmara.

Sobre a votação da MP 621/2013, que cria o Programa Mais Médicos, Ideli confirmou a intenção de que seja votada na sessão de hoje, conforme havia adiantado Renan Calheiros na manhã de ontem (*leia mais na página 6*).

Segundo a ministra, tudo está “bem encaminhado” após reunião entre líderes da base do governo e o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, também ontem.

## Votação da LDO deve ficar para próxima semana

O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2014, deputado Danilo Forte (PMDB-CE), acredita que devido à decisão do líder do PMDB, deputado Eduardo Cunha (RJ), de obstruir as votações da Câmara, por não haver quórum para votar a minirreforma eleitoral, a votação da LDO deverá ficar para a próxima semana. Ao final da reunião dos líderes da Comissão Mista de Orçamento (CMO), Forte disse que conseguiu avançar até onde pôde, mas não obteve acordo em todos os pontos.

## Senadores de Mato Grosso homenageiam Ary Leite de Campos

Os senadores de Mato Grosso Osvaldo Sobrinho (PTB) e Blairo Maggi (PR) registraram ontem o falecimento do ex-presidente e ex-conselheiro do Tribunal de Contas do Estado Ary Leite de Campos. Eles destacaram a contribuição do ex-prefeito de Várzea Grande e ex-deputado estadual para o desenvolvimento do estado.

## Para Aloysio, governo coleciona fracassos e lições a evitar

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) afirmou ontem que a presidente da República, Dilma Rousseff, não tem condições de lecionar a arte do bom governo. Segundo ele, nos setores de educação, economia, infraestrutura e outros, o governo é uma coleção de fracassos e de lições a evitar.

O senador chamou a atenção para o desequilíbrio da conta corrente do país — déficit de R\$ 75 bilhões, ou 4% do produto interno bruto (PIB). Ele também criticou as relações comerciais, a falta de investimentos em infraestrutura e o descaso com a inflação.

— A inflação continua a preocupar a todos, menos a presidente — disse, acrescentando que Dilma deveria “estudar mais”.

— Em matérias de estudo, a nossa presidente deveria fazer a lição de casa. Ela deveria deixar de fazer campanha e assumir as rédeas do país.



Aloysio Nunes Ferreira, senador



Orlando Nogueira



Política de Desenvolvimento do Brasil Rural institui conjunto de ações integradas para o desenvolvimento do campo

## Segue para votação final o “PAC social do campo”

Projeto cria a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural, que pretende orientar ações de governo que propiciem vida digna a moradores de áreas rurais, com desenvolvimento econômico e ambiental

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR), para orientar ações e planos de governo. Segundo o autor do projeto (PLS 258/2010), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a proposta poderá ser considerada o “PAC [Programa de Aceleração do Crescimento] social” do meio rural. O texto segue agora para votação final na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O senador disse que o projeto foi inspirado no resultado de dez anos de trabalho do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

(Condrap). A proposta, segundo ele, estabelece princípios, objetivos e diretrizes da ação pública para proporcionar vida digna a moradores dos territórios rurais. Com isso, Valadares espera integrar ações do poder público e orientar o processo de desenvolvimento das áreas rurais do país para o caminho da sustentabilidade nos planos econômico, social, ambiental e político.

### Emendas

O projeto já tramitou nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A CCJ, por sugestão do relator, Eduardo Suplicy (PT-SP), aprovou parecer pela exclusão de dois artigos que previam a criação do Plano de Desenvolvimento do Brasil Rural. De acordo com Suplicy, a iniciativa de propor planos de desenvolvimento é privativa do presidente da República.

A CMA, por sugestão do relator, Anibal Diniz (PT-AC), incluiu nos objetivos da PDBR a promoção do desenvolvimento sustentável e da proteção ao meio ambiente nas atividades rurais.

O relator na CAE, Sérgio Souza (PMDB-PR), pediu a aprovação do projeto com as emendas da CCJ e da CMA.

## Análise de benefício a agricultor é adiada

Um pedido de vista coletiva impediu a votação da Medida Provisória (MP) 623/2013, ontem, na comissão mista encarregada de analisá-la. O texto, conhecido como MP da Seca, facilita a quitação de dívidas de produtores rurais atingidos pela estiagem na Região Nordeste e tem validade até 15 de novembro. A votação deverá ser na terça-feira.

José Pimentel (PT-CE), líder do governo no Congresso, disse que o ideal é “compatibilizar” o texto com a MP 618/2013, que também trata de dívidas e operações de crédito.

O parlamentar informou que o governo pretende sancionar a MP 618 até segunda-feira.

— A partir dali, poderemos fazer a compatibilização dos textos, com base em possíveis vetos — afirmou.

A expectativa do governo em relação à quitação de dívidas

de produtores rurais atingidos pela seca é abranger 93 mil operações, com custo de R\$ 126 milhões para o governo.

As dívidas de até R\$ 15 mil (preço originário) terão desconto de 65%; de R\$ 15 mil a R\$ 35 mil, o desconto será de 45%; e para valores superiores a R\$ 35 mil até o teto de R\$ 100 mil, o desconto será de 40%.

No relatório, Cícero Lucena (PSDB-PB) dispensou a decretação de situação de emergência do município como condição para os agricultores conseguirem os descontos. O senador argumentou que as cidades já se encontram em situação muito vulnerável para ter preocupação com a condição em que está o município.

Na avaliação de José Agripino (DEM-RN), a MP 623 pode evitar que muitos agricultores deixem a zona rural.

### Relator rejeita “jabutis legislativos” sugeridos à MP

À MP da Seca foram apresentadas 108 emendas, todas de deputados. O relator, Cícero Lucena, aceitou, total ou parcialmente, 65 emendas. O senador rejeitou todas as sugestões que não tinham relação com o tema da medida.

— Se todos adotassem esse procedimento, seria o fim das caudas legislativas, ou, como se convencionou chamar popularmente, dos jabutis legislativos — afirmou o parlamentar.

O presidente da comissão mista que analisa a MP, deputado José Airton (PT-CE), classificou o relatório de “minucioso e bem-feito”. Segundo ele, o texto levou em conta a “problemática acumulada da seca” ao longo de anos. Ele disse que nenhuma lei conseguiu resolver o problema e apontou a MP 623 como a mais eficaz para amenizar os efeitos da estiagem no Nordeste.

— Espero que o governo tenha sensibilidade de incorporar as sugestões apresentadas — afirmou o deputado.

### Projeto incentiva uso de material reciclável na indústria

Projeto que dá incentivo tributário às indústrias que utilizam materiais reciclados como matéria-prima ou em processo intermediário foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) e segue para votação final na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Pela proposta (PLS 385/2012), terá crédito presumido do IPI a empresa que adquirir materiais reciclados de plástico, papel, cartão e outras fibras celulósicas. No texto original, o autor, Paulo Bauer (PSDB-SC, foto), previa incentivos apenas para recicláveis plásticos. No entanto, o relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), ampliou o benefício para o



José Cruz/Agência Senado

Bauer pensou primeiro em recicláveis plásticos, mas proposta foi ampliada

setor de celulose reciclada, que envolve resíduos de papel e papelão.

Anibal Diniz (PT-AC) afirmou que o texto está de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Ana Rita (PT-ES) apoiou o projeto. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que vai propor audiência para debater o tema na recém-criada Subcomissão de Resíduos Sólidos, que funciona no âmbito da CMA.

### Avança proposta que dá aposentadoria especial a pescadores

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem regras para aposentadoria especial de pescadores e contagem do período de defeso como tempo de contribuição previdenciária. As medidas constam de dois projetos (PLSs 150 e 152, de 2013) de Paulo Paim (PT-RS), consolidados em substitutivo de Ana Rita (PT-ES). As propostas seguem para votação final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Para averbar o defeso como tempo de contribuição, o trabalhador deverá apresentar requerimento ao INSS comprovando inscrição no Registro Geral da Pesca. No período em que ficar afastado da atividade, receberá o piso salarial da categoria.

### Aplicação da Lei dos Portos será debatida em audiência pública

A Lei dos Portos (Lei 12.815/2013) e as condições propostas pelo governo para as concessões serão discutidas em audiência da Comissão de Meio Ambiente (CMA). Blairo Maggi (PR-MT), autor do requerimento, sugeriu que sejam convidados o ministro-chefe da Secretaria Especial de Portos, Antonio Henrique Pinheiro Silveira, e os representantes dos Portos de Santos (SP), Renato Ferreira Barco; de Paranaguá (PR), Luiz Henrique Dividino; e de Belém, Carlos José Ponciano da Silva.

Blairo disse que a implantação da lei não vem ocorrendo dentro do esperado. Ele lembrou que o Brasil terá novo recorde de produção de grãos, mas falta infraestrutura



José Cruz/Agência Senado

Autor do projeto, Paulo Paim comemora aprovação na comissão

O substitutivo não fixa prazo de contribuição para o pescador ter direito a aposentadoria especial em 25 anos, mas dispensa a categoria de comprovar tempo de trabalho em condições especiais que prejudiquem a saúde. O segurado que exercer outra atividade no período de defeso não será excluído do Registro Geral da Pesca.

Em discurso no Plenário, Paim comemorou a aprovação dos projetos pela CAE.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Blairo diz que não há infraestrutura para a produção recorde de grãos

para a comercialização.

Também foi aprovado requerimento de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) para a CMA participar de seminário sobre os efeitos da mudança do clima para o semiárido. Será realizado em conjunto com as Comissões Mista de Mudanças Climáticas (CMMC), Desenvolvimento Regional (CDR) e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara.

Marcos Oliveira/Agência Senado



Senador Cícero Lucena e deputado José Airton na comissão que analisa a MP



# Comissão aprova regras de parceria com ONGs

Segue para votação final na Comissão de Constituição e Justiça um novo marco legal para a relação do poder público com organizações da sociedade civil

UM NOVO MARCO legal para a relação do poder público com organizações da sociedade civil, como organizações não governamentais (ONGs) e organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips), foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta segue para votação final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O texto é um substitutivo de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), já aprovado na Comissão de Meio Ambiente (CMA). Rollemberg foi relator também na CAE.

Com 125 artigos em 12 capítulos, a proposta original (PLS 649/2011), de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), foi reduzida para 88 artigos, em 6 capítulos. O substitutivo determina que, no início de cada ano, a administração pública publique os valores aprovados na lei orçamentária para execução de programas e ações que poderão ser executados por meio de parcerias.

Para firmar parcerias, a administração pública é obrigada a fazer chamamento público de organizações, observando princípios como isonomia, legalidade, impessoalidade,



Braga, Flexa, Ana Amélia, Suplicy, Moka, Pimentel, Vanessa e Aloysio na reunião que acatou normas para ONGs

moralidade, igualdade, publicidade, proibição administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.

Quando a administração pública propuser mútua cooperação, é assinado um instrumento chamado de termo de colaboração. Nos casos em que o plano de trabalho for proposto pelas organizações, em regime de mútua cooperação, o instrumento se chama termo de fomento.

O substitutivo estabelece para as organizações regras como utilização de

regulamento de compras e contratações. O texto define também as despesas que poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, como a remuneração da equipe dimensionada no plano de trabalho, as diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação e a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

## Impedimentos

O texto aponta impedimentos para as parcerias, como o fato de a organização da sociedade civil ser dirigida por

ocupantes de cargos em órgãos ou entidades da administração pública. Outro impedimento é o fato de o dirigente da sociedade ter contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos ou ter sido considerado responsável por ato de improbidade.

O monitoramento e a avaliação das parcerias serão reforçados, em paralelo à fiscalização pelos órgãos de controle, com prestação de contas. O substitutivo tipifica alguns crimes e define as penas. Dispensar, não exigir ou deixar de fazer chamamento

público ou outro processo seletivo, por exemplo, poderá gerar detenção de seis meses a dois anos, além de multa.

As novas regras se aplicam às parcerias voluntárias assinadas pelas empresas públicas e sociedade de economia mista, assim como pelas subsidiárias, inclusive as que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de serviços.

Aloysio explicou que as normas foram sugeridas pela CPI das ONGs, que atuou no Senado entre outubro de 2007 e novembro de 2010. O senador reconheceu a importância de parcerias entre o Estado e entidades do terceiro setor, mas considerou urgente a construção de lei capaz de dar transparência a essas relações, evitando desvios e tornando mais eficiente o atendimento de demandas sociais.

Ao elogiar a iniciativa de Aloysio, Rollemberg informou que o substitutivo resultou de inúmeras rodadas de consultas e debates com representantes de entidades não governamentais, que sugeriram aperfeiçoamentos ao texto original, aprovados pelo autor do projeto.

## Juiz e arcebispo receberão Comenda Dom Hélder Câmara



Anibal anunciou os homenageados pela defesa dos direitos humanos

Na presidência da sessão plenária de ontem, Anibal Diniz (PT-AC) anunciou os nomes das personalidades que serão agraciadas com a Comenda Dom Hélder Câmara em 2013. A comenda é concedida anualmente a cinco pessoas que tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos humanos no Brasil.

A entrega da premiação será em dezembro.

Entre os escolhidos, está o psicólogo gaúcho Cláudio Luciano Dusik. Portador de uma doença degenerativa, ele concluiu este ano mestrado em Educação e criou um teclado virtual que auxilia pessoas com limitações a escrever com mais rapidez.

Também estão na lista a deputada federal Janete Capiberibe (PSB-AP), o arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife, dom Fernando Saburido, e o juiz Márlon Jacinto Reis, diretor do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral. Morto em 2011, o ex-governador do Maranhão Jackson Lago será homenageado.

As indicações são encaminhadas à Mesa do Senado e analisadas por um conselho com representantes dos partidos com representação na Casa. A comenda leva o nome de dom Hélder Câmara, que morreu em 1999 e é lembrado pela defesa dos pobres e dos perseguidos políticos na ditadura militar.

## Especialistas dizem, em debate, que urna eletrônica tem falhas

A urna eletrônica permite ataques e manipulações, disseram ontem especialistas em segurança digital ouvidos pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). Para eles, o voto impresso poderia aumentar a segurança das eleições.

O voto impresso a partir das eleições de 2014 foi estabelecido em mudança na lei eleitoral sancionada em 2009, mas está suspenso desde 2011 por decisão liminar do Supremo Tribunal Federal (STF). Um projeto em análise no Senado, com relatoria de João Capiberibe (PSDB-AP), propõe que a impressão do comprovante pela urna eletrônica seja abolida de vez.

Pedro de Rezende, professor do Departamento de Ciência da Computação da Universidade de Brasília (UnB), explicou na audiência da CCT

que a urna eletrônica foi um avanço, mas o Brasil parou na primeira geração, enquanto já existe a terceira, que permite auditoria de todos os votos.

Amílcar Brunazo Filho, supervisor-geral do Fórum do Voto Seguro, negou que o voto impresso vá tornar as eleições mais demoradas.

— O voto impresso vem sendo usado na Argentina, no México, na Bélgica e na Venezuela. O Peru está testando, os Estados Unidos usam voto escaneado, mas é equivalente. E todos apresentam resultados rapidamente — afirmou.

Diego Aranha, também da UnB, coordenou testes públicos do software de segurança do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e alertou para vulnerabilidades “infantis”.

— Se alguém consegue monitorar a ordem que os

eleitores votam e recuperar os votos em ordem após a eleição, consegue correlacionar exatamente quem votou em quem.

O deputado Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que foi o autor do projeto quando era senador, compareceu à audiência e classificou os temores de violação como paranoia.

— Existe uma certa paranoia nessa questão da urna

eletrônica. Esses mesmos problemas que são apontados, de criptografia, existem no Imposto de Renda eletrônico, que é feito pela internet. O que nós temos que fazer é evoluir, sim. Mas evoluir na segurança, evoluir no tipo de criptografia — afirmou o deputado.

Azeredo citou problemas como aumento das filas, mais votos nulos e brancos, maior



Azeredo fala em “paranoia”, mas Capiberibe cita falhas e aponta aumento de gastos

número de urnas com defeito e mais eleitores com dificuldade para concluir o voto.

Capiberibe, no entanto, está convencido de que há falhas e defendeu que os gastos com a implantação do voto impresso são um investimento em segurança.

— Não tem custo que pague uma fraude eleitoral. Porque quem fraudar eleição é quem tem muito dinheiro para fazer isso. Então você retira a possibilidade de uma representação mais ampla da sociedade brasileira. E já é muito restrita.

Diego Aranha observou que ainda que há pontos centrais que podem ser usados para fazer fraudes em larga escala, afetando várias urnas. Ele disse que a impressão do voto é uma ferramenta para fazer auditorias e evitar manipulação dos dados.





Médicos cubanos chegam a Brasília para trabalhar no Programa Mais Médicos, que dispensa revalidação do diploma

## MP do Mais Médicos será votada hoje, afirma Renan

Presidente do Senado informou que já existe acordo sobre a medida provisória que tranca a pauta de votações. O consenso não foi alcançado para o projeto com regras para criação de municípios

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, confirmou para hoje a votação da medida provisória que cria o Programa Mais Médicos (MP 621/2013).

— A expectativa é a melhor possível. A medida provisória está trancando a pauta e não há problema nenhum, pois já há convencimento — disse.

O Programa Mais Médicos tem o objetivo de aumentar o número de médicos na rede pública, principalmente na periferia das grandes cidades e em municípios do interior. A proposta permite a vinda de profissionais estrangeiros ou de brasileiros que se formaram no exterior sem a necessidade de revalidação do diploma. Os médicos recebem uma bolsa mensal de R\$ 10 mil. O programa também prevê a obrigatoriedade de estudantes

de Medicina atuarem por dois anos no Sistema Único de Saúde. O período valerá como parte da residência médica.

Sobre a votação do PLS 98/2002 — Complementar, que define regras para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, Renan informou que não existe acordo.

— Eu mesmo tenho posição contrária. É preciso conversar com os líderes para decidirmos se vamos votá-lo ou não. Nós, que fazemos sempre o discurso do esvaziamento dos municípios, criarmos mais municípios nessa hora significa esvaziar mais, gerando mais despesas — afirmou.

### Acima do teto

Renan informou também que determinou a devolução

imediate dos valores recebidos acima do teto por servidores do Senado. De acordo com a Constituição, o salário máximo permitido no serviço público equivale ao subsídio de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), que hoje é de R\$ 28.059,29.

Os descontos devem começar no pagamento de outubro. As prestações serão de, no mínimo, 10% do valor da remuneração bruta do servidor, como determina o artigo 46 da Lei 8.112/1990.

— Enquanto não houver decisão contrária, vamos mandar fazer o desconto nos valores pagos acima do teto dentro dos critérios estabelecidos pela lei. Se for mantida a decisão, não temos o que fazer a não ser cumprir a determinação do TCU — disse Renan.

## Davim defende carreira de Estado para médico



Paulo Davim (PV-RN) pediu pressa na votação da PEC 34/2011, que cria a carreira de Estado para médicos. A proposta, do presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Vital do Rêgo (PMDB-PB), está pronta para votação no colegiado, relatada por Davim.

Para ele, que é médico, a carreira de Estado aponta para uma solução definitiva para a saúde pública no país.

Davim assinalou a passagem do Dia do Médico, nesta sexta-feira, e elogiou a discussão sobre atendimento médico, trazida pela MP 621/2013, que cria o Programa Mais Médicos.

## Mário Couto lamenta situação da saúde no país



Mário Couto (PSDB-PA) lamentou ontem a qualidade dos serviços de saúde e destacou que o controle de gastos pela presidente Dilma Rousseff ajudaria a resolver o problema. Ele citou relatório da ONU que mostra o Brasil na 108ª posição na satisfação com o sistema de saúde, entre 126 países. Ele disse que, em vez de investir em hospitais, o país gasta R\$ 7,1 bilhões na construção dos estádios exigidos pela Fifa. Couto afirmou que o Programa Mais Médicos é apenas mais uma tentativa da presidente de ludibriar o povo e que não adianta mandar médicos para o interior se não há infraestrutura.

## Subcomissão acompanhará textos que elevam gastos municipais

O projeto que estabelece um piso salarial para os agentes de saúde e a proposta que aumenta o repasse de recursos para os municípios serão acompanhados de perto pelos senadores da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, ligada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Ontem, a presidente da subcomissão, Ana Amélia (PP-RS), disse que a aprovação de propostas pelo Congresso precisa levar em conta a capacidade financeira dos municípios. A definição de pisos para categorias, como aconteceu com a dos professores, e a desoneração de tributos a

determinados setores, como o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), ressaltou a senadora, aumentam as despesas e reduzem as receitas dos municípios.

O projeto que fixa o piso dos agentes de saúde (PL 7.495/2006) poderá ser votado no Plenário da Câmara na quarta-feira que vem.

A PEC 39/2013 está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde aguarda a designação do relator. A proposta aumenta em dois pontos percentuais o repasse do IR e do IPI para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).



Paulo Ziulkoski, presidente da Confederação de Municípios, e Ana Amélia

## Comissão aprova general para presidir Autoridade Olímpica

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem a indicação do general Fernando Azevedo e Silva para presidir a Autoridade Pública Olímpica (APO).

Consórcio público formado pelo governo federal, pelo governo do Rio de Janeiro e pela prefeitura carioca, a APO tem como missão coordenar a participação das três esferas federativas na realização dos Jogos Olímpicos de 2016.

Azevedo e Silva é general de divisão do Exército e presidente da Comissão Desportiva Militar do Brasil. Ele foi presidente da Comissão de Desportos do Exército durante a preparação e execução dos Jogos Mundiais Militares de 2011, no Rio, e responsável pela preparação das equipes militares do Brasil.

A indicação dele para presidir a APO foi feita pela presidente Dilma Rousseff.



Fernando Azevedo e Silva fala na comissão, ao lado de Lindbergh Farias

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro  
**Segunda-secretária:** Ângela Portella  
**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira  
**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino  
**Suplentes de secretário:**  
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral:** Helder Rebouças  
**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich  
**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos  
**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção  
**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333



Presidente da entidade que reúne secretários municipais de Educação diz que falta de verba para ensino infantil será um dos desafios do novo Plano Nacional de Educação

## Prefeitos não valorizam professores, diz especialista

**FONTES DE FINANCIAMENTO** fixas, valorização e capacitação permanentes do professor e inclusão de alunos com deficiência na escola regular, sem prejuízo do atendimento especializado. Tais demandas se sobressaíram na audiência pública promovida ontem pela Comissão de Educação (CE) sobre o projeto do novo Plano Nacional de Educação (PNE) para os próximos dez anos (PLC 103/2012).

O representante do Conselho Nacional de Educação (CNE), Luiz Dourado, reivindicou mais recursos da União para a educação básica e defendeu a criação de um fundo nacional para financiamento do setor.

Segundo a presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Cleuza Rodrigues Repulho, o financiamento da creche e da educação infantil é o ponto mais desafiador, já

que demanda mais recursos:

— Tem prefeito que paga R\$ 10 mil para um médico, mas não paga R\$ 1,6 mil de piso salarial para o professor.

Das 20 metas do PNE, a que regula a inclusão escolar de pessoas com deficiência foi a mais polêmica. No momento, a CE se debruça sobre um substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que estabelece a universalização da educação básica para a população de 4 a 17 anos com deficiência.

Apesar de ser diferente da redação proposta pelo governo, o texto “avançou muito”, segundo o secretário-executivo do Ministério da Educação, José Henrique Paim. Isso porque “assegura atendimento educacional especializado preferencialmente na rede de ensino regular, mas resguarda também o atendimento de entidades especializadas na área”.

## Sem gestão eficiente, recursos serão desperdiçados, afirma Alvaro

Relator do PNE na CE, Alvaro Dias (PSDB-PR) condenou a “inversão histórica de prioridade” que torna precária a educação e frisou que, sem administração eficiente, propostas de financiamento resultarão em desperdício.

Citando dados apresentados no dia 8 à CE, ele comparou os R\$ 28 bilhões investidos pelo governo em estádios de futebol com os R\$ 25 bilhões

necessários para incluir no sistema educacional as crianças e os adolescentes que estão fora da escola.

Alvaro mencionou as 20 metas do PNE, que incluem erradicação do analfabetismo até 2020, planos de carreira dos professores e atendimento escolar universal para estudantes com deficiência. Ele considerou as metas ousadas, mas se mostrou otimista.

## Rolleberg quer acelerar análise de plano educacional pelo Senado

Em discurso, Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) defendeu ontem a rápida aprovação do PNE. Para ele, a aprovação é um reconhecimento

do trabalho dos professores. — Precisamos garantir os recursos necessários para dotar o Brasil de uma educação à altura dos desafios que temos pela frente — disse.



Rolleberg apoiou mobilização de professores em várias cidades por reajuste e melhores condições de trabalho.

— O principal investimento que devemos fazer no nosso país e no nosso povo é no professor, na qualificação, no reconhecimento dessa profissão como estratégica — afirmou.



Cleuza Repulho fala na audiência, que foi proposta pelo senador Alvaro Dias (C)

## Senadores reverenciam profissão de professor e cobram prioridade para educação

Vários senadores registraram ontem a passagem do Dia do Professor, salientando a importância do mestre na sociedade e a necessidade de maior valorização da categoria.

Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, trata-se da mais nobre profissão.

— Aos professores é delegada a nobre tarefa de incentivar e orientar o crescimento intelectual e moral das novas gerações — afirmou.

Ele defendeu a valorização do magistério, com a implantação em todos os estados do piso salarial nacional, e a aprovação do Plano Nacional de Educação, que pode assegurar os recursos necessários para melhorar a remuneração.

Jorge Viana (PT-AC) afirmou que o Brasil nunca necessitou tanto de professores como agora. Ele ressaltou que o país conseguiu promover a inclusão social de milhões de pessoas e disputa um lugar de mais destaque no mundo, motivo pelo qual a educação

é a maior das prioridades.

— Uma mudança na qualidade de vida do nosso povo, o encontro do país com o desenvolvimento sustentável só vão se dar se de fato a educação for uma prioridade — disse.

Presidente da Comissão de Educação (CE), Cyro Miranda (PSDB-GO) disse que o ensino “precisa ganhar o status de prioridade de governo”.

— Falta ao governo assumir que o país precisa introduzir a educação em seu projeto de desenvolvimento. Sem esse pré-requisito, tanto o professor quanto a educação continuarão relegados a segundo plano — afirmou.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) também pediu a valorização da categoria.

— Esta é a lição que todos os sistemas bem-sucedidos no mundo nos ensinam: uma boa escola gira em torno de um bom professor. Um professor valorizado faz toda a diferença.

Casildo Maldaner (PMDB-SC) também defendeu o

pagamento, em todo o país, do piso nacional.

— Neste Brasil em plena transformação, a educação e a qualificação profissional ganham importância cada vez maior. Tal realidade deve ser incorporada como prioridade de Estado — afirmou.

Wellington Dias (PT-PI) homenageou os educadores do seu estado.

— Antes mesmo da aprovação do piso, já pagávamos salários equivalentes ao primeiro piso. Hoje o piso é de R\$ 1.567. No Piauí, R\$ 1.814.

Ana Amélia (PP-RS) disse esperar que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2014 reforce a prioridade para a educação, setor que precisa de “gestão eficiente e transparente”.

— Não há políticas de saúde, infraestrutura, saneamento ou segurança que funcionem de modo efetivo sem o devido valor à educação — disse.

Valdir Raupp (PMDB-RO) destacou a necessidade de



Sala de aula em Sobradinho (DF): senadores defendem cumprimento do piso

o país viabilizar recursos e incentivos na formação e valorização desses profissionais. Para ele, a profissão é a que torna todas as outras possíveis.

— É isso que nós temos que viabilizar, com recursos: a formação dos nossos mestres. Quanto mais eles aprenderem, melhor será a nossa história — explicou.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) lamentou que os professores precisem lutar por uma vida digna quase 200 anos após o decreto de 15 de

outubro de 1827, em que dom Pedro I determinou que todas as cidades tivessem escola.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) recordou importantes educadores como Paulo Freire, Lourenço Filho e Anísio Teixeira.

— É uma das profissões mais importantes e, em muitos países, é a que recebe a melhor remuneração, porque cabe ao professor não só a dedicação, mas a retribuição adequada, para que seu trabalho seja realizado em condições dignas — disse o senador.

## Aprovado texto que proíbe escola de exigir de estudantes material de uso coletivo

As escolas poderão ser proibidas de exigir que os alunos forneçam material escolar de uso coletivo e cobrar taxa adicional para cobrir o custo desses materiais. É o que prevê o PLC 126/2011, aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

De acordo com o texto, os custos de material de uso coletivo deverão ser sempre considerados no cálculo do valor das anuidades ou das semestralidades escolares.

Para o autor do projeto, deputado Chico Lopes (PCdoB-CE), são abusivos os contratos que exigem dos estudantes a

aquisição de material que será utilizado coletivamente por eles ou pela administração da escola.

Favorável à proposta, a relatora, senadora Ana Rita (PT-ES), criticou a inclusão nos contratos de valores adicionais por serviços educacionais. Segundo ela, o consumidor

que não quiser pagar valores abusivos inseridos pelo contratante terá que arcar com custos elevados em caso de rescisão contratual.

A proposta tramita de forma terminativa na CMA. Se não houver recurso para votação em Plenário, irá diretamente para a sanção presidencial.



Ana Rita, relatora, é favorável ao projeto que beneficia estudantes



Em audiência, presidente da agência reguladora disse que não há evidência de que empresas de telecomunicações brasileiras tenham colaborado com espões americanos

# Brasil é vulnerável a espionagem, admite Anatel

O PRESIDENTE DA Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), João Batista de Rezende, admitiu ontem, em audiência na CPI da Espionagem, que existe vulnerabilidade na segurança dos dados que trafegam pela internet no país. Ele disse que não há indícios de cooperação de empresas brasileiras com os EUA no esquema de espionagem.

Rezende explicou que os contratos firmados pelas teles nacionais não preveem envio de dados de clientes brasileiros para autoridades americanas.

— Todas as informações que foram trazidas à agência mostram que não há colaboração de empresas brasileiras com esse processo de espionagem. Evidentemente que são dados que estão sendo colhidos e analisados tanto



José Legas, da PF, fala na audiência, ao lado dos senadores Vanessa e Ferraço e de João Batista de Rezende, da Anatel

pela Agência Nacional de Telecomunicações quanto pela Polícia Federal. Do ponto de vista das respostas dadas pela agência, o sistema respeita todos os critérios de segurança e de gestão da segurança da rede — disse.

O diretor de Inteligência da Polícia Federal, José Alberto Legas, afirmou que o inquérito aberto para investigar as denúncias não vai avançar sem o depoimento do autor das acusações, o ex-analista de inteligência do governo

americano Edward Snowden. Legas quer confirmar se houve a violação dos dados e de que maneira o crime foi cometido.

— É uma das vertentes, não que estejamos reféns da oitiva do Snowden. Mas sem dúvida nenhuma é uma providência

importante porque ele certamente pode ter conhecimento de alguns detalhes técnicos que facilitariam e trariam novos elementos ao inquérito policial.

O relator da CPI da Espionagem, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), confirmou para amanhã uma reunião com o embaixador da Rússia no Brasil para tratar da oitiva de Snowden. O senador espera obter a autorização para fazer a teleconferência com o americano, que está asilado na Rússia.

A presidente da CPI, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), destacou que a comissão vai apresentar um projeto de lei para criar uma agência que reúna todos os envolvidos nos processos de comunicação e informação.

## Senado assina acordo e dá prioridade a projetos que aliviam sistema prisional

O presidente do Senado, Renan Calheiros, assinou no Supremo Tribunal Federal (STF) um termo de compromisso entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário para implementar um conjunto de medidas para melhorar o sistema penitenciário.

Estão previstas ações para modernizar a Justiça, estimular a adoção de medidas cautelares e penas alternativas e criar vagas nos presídios. Segundo

o governo, a população carcerária é de 550 mil detentos para 310 mil vagas.

— O Congresso vai colaborar no aperfeiçoamento institucional, priorizando as leis e cumprindo o seu papel — disse Renan.

O presidente do Senado determinou a tramitação de um projeto de lei de autoria dele que torna mais rígidos os critérios que permitem a saída temporária de presos.



Os senadores Pedro Taques, relator da comissão que trata da segurança, e Vital do Rêgo, presidente

## Comissão que discute segurança pública deve ouvir delegado da Polícia Federal

A Comissão Especial de Segurança Pública votará hoje dois requerimentos de audiência.

O primeiro requerimento, de Humberto Costa (PT-PE), inclui o presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, Marcos Leôncio Ribeiro, entre os convidados para participar de uma audiência no dia 30 sobre a estrutura da polícia.

De Armando Monteiro (PTB-PE), o

segundo requerimento solicita que seja convidado o professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP) Leandro Piquet Carneiro para participar de uma audiência pública sobre proteção ao cidadão e à vítima. A data do debate não foi proposta.

A comissão é presidida por Vital do Rêgo (PMDB-PB) e relatada por Pedro Taques (PDT-MT).



Joaquim Barbosa, presidente do STF, assina acordo, observado por Cardozo, Renan e Henrique Alves

## Comunicação do Senado

Secom | Criação e Marketing

É fácil se informar

Os veículos de comunicação do Senado cobrem as atividades da Casa, com a transmissão integral das sessões deliberativas e dos debates das comissões, além das notícias diárias. Juntos, **Jornal, TV, Rádio e Agência Senado** oferecem um jornalismo de qualidade, aproximando o cidadão do Parlamento.

Acesse: [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

Senado + transparente.  
A informação ao seu encontro.